



Faculdade de Pindamonhangaba



Recredenciada pela Portaria Ministerial n.º 516, de 12/06/2013 publicada no D.O.U. de 13/06/2013

Edenilson M. da Guia  
Ivo Fitz Neto  
Maria Edilene Fátima Costa

**QUAL FOI A CONTRIBUIÇÃO DA REFORMA  
PROTESTANTE PARA A EDUCAÇÃO PÓS-MODERNA NO  
BRASIL**

**Pindamonhangaba – SP  
2016**



Faculdade de Pindamonhangaba



Recredenciada pela Portaria Ministerial n.º 516, de 12/06/2013 publicada no D.O.U. de 13/06/2013

Edenilson Marcondes da Guia  
Ivo Fitz Neto  
Maria Edilene Fátima Costa

## **QUAL FOI A CONTRIBUIÇÃO DA REFORMA PROTESTANTE PARA A EDUCAÇÃO PÓS-MODERNA NO BRASIL**

Trabalho de conclusão de Curso apresentado como parte dos requisitos para obtenção do diploma de Bacharel pelo Curso de Teologia da faculdade de Pindamonhangaba.

Orientador: Prof. Me. Wellington da Cunha Waldhelm

**Pindamonhangaba – SP  
2016**

Guia, Ednilson Marcondes da; Fonseca, Neto, Ivo Fitz; Costa, Maria Edilene Fátima  
Qual a contribuição da Reforma Protestante para a Educação Pós-Moderna no Brasil/  
Ednilson Marcondes da Guia, Ivo Fitz Neto, Maria Edilene Fátima Costa-/  
Pindamonhangaba-SP : FUNVIC Faculdade de Pindamonhangaba, 2016.

42f. : il.

Monografia (Graduaçãoem Teologia) FUNVIC- SP

Orientadora: Prof. Me. Wellington da Cunha Waldhelm

1 Contexto Histórico da Educação na Reforma Protestante. 2 A Banalização da  
Educação Religiosa na Pós-Modernidade. 3 Voltando aos princípios da Reforma  
Protestante na Educação Pós-Moderna



Faculdade de Pindamonhangaba



Recredenciada pela Portaria Ministerial n.º 516, de 12/06/2013 publicada no D.O.U. de 13/06/2013

Edenilson M. da Guia  
Ivo Fitz Neto  
Maria Edilene Fátima Costa

**QUAL FOI A CONTRIBUIÇÃO DA REFORMA PROTESTANTE PARA  
EDUCAÇÃO PÓS-MODERNA NO BRASIL**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao  
Curso de Teologia da como requisito para obtenção  
do diploma de Bacharel pelo curso de Teologia da  
Faculdade da Pindamonhangaba

Data: \_\_\_\_\_

Resultado: \_\_\_\_\_

**BANCA EXAMINADORA**

Prof. Me. Wellington da Cunha Waldhelm - FUNVIC – Faculdade Pindamonhangaba

Assinatura: \_\_\_\_\_

Prof. Me. Ricardo Alexandre de Carvalho - FUNVIC - Faculdade Pindamonhangaba

Assinatura: \_\_\_\_\_

Profª Me. Alessandra Junqueira Vieira - FUNVIC - Faculdade Pindamonhangaba

Assinatura: \_\_\_\_\_

## **DEDICATÓRIA**

Dedico esse trabalho a minha esposa e filhos, que sempre me motivaram a não desistir, mesmo quando as circunstancias não estavam a meu favor. E agradeço a Deus pelos meus familiares.

Edenilson Marcondes da Guia

## **DEDICATÓRIA**

Dedico esse trabalho primeiramente a Deus que é o meu refúgio, consolo e fortaleza, aos meus filhos pela paciência e compreensão que tiveram nesses quatro anos, para o êxito desse projeto, fiz-me ausente do tempo em família.

A alguns amigos e professores que foram instrumento nas mãos de Deus, no momento em que eu mais pensei em desistir.

A FUNVIC e professores que nos apoiaram no grande desafio do aprendizado e a todos aqueles que não acreditaram na realização deste sonho.

Maria Edilene Fátima Costa

## **DEDICATÓRIA**

Dedico esse trabalho primeiramente a Deus e a minha família, que sempre me motivaram a não desistir, mesmo quando as circunstancias não estavam á meu favor. E aos professores que têm colaborado com meus conhecimentos.

Ivo Fitz Neto

## **AGRADECIMENTO**

Agradecemos a FUNVIC em especial ao Sr. Luis Otávio Palhari, pela concessão da bolsa de estudo que nos permitiu que atingíssemos nosso objetivo.

Ao Prof. Me. Wellington da Cunha Waldhelm, o tempo dedicado a nossa orientação para a conclusão com êxito do nosso trabalho.

Ao nosso coordenador do curso Gabriel de Aquino da Cruz

A todos os professores que nos ajudaram a adquirir conhecimentos necessários.

Aos nossos familiares que sempre estiveram presentes nos apoiando, dando forças e motivação em todos os momentos.

Aos colegas de Classe pelo companheirismo

Edenilson Marcondes da Guia  
Ivo Fitz Neto  
Maria Edilene Fátima Costa



“De minha parte, se pudesse ou tivesse que abandonar o ministério da pregação e outras incumbências, nada mais eu desejaria tanto quanto ser professor ou educador de meninos. Pois sei que, ao lado do ministério da pregação, esse ministério é o mais útil, o mais importante e o melhor. Inclusive tenho dúvidas sobre qual deles é o melhor [...]”.

Martinho Lutero



Lutero Martinho Lutero (1483-1546)

## **RESUMO**

A Reforma Protestante, ocorrida no século XVI, teve seu contexto marcado por grandes invenções e transformações na história da humanidade que proporcionou uma nova maneira de pensar. No final da Idade Média, começam a ocorrer algumas mudanças no sistema educacional, muitas vezes, desconhecida. Martinho Lutero, um teólogo reconhecido por sua atuação frente aos embates de seu tempo e por suas propostas de Reforma conciliou a religião e a educação por entender que educar consiste em uma transformação que vai além. Para ele, a educação se faz no cotidiano no convívio do meio familiar, na igreja, na escola, na sociedade. Entendemos assim, que a Reforma, conciliou a religião à educação e defendeu que ambas deveriam caminhar juntas para promover uma verdadeira transformação. Neste trabalho foi feita uma pesquisa sobre a contribuição da Reforma à Educação Pós-Moderna. Para tal, foi realizado um levantamento bibliográfico sobre o contexto histórico no qual a reforma ocorreu, ressaltando a proposta sobre Educação Religiosa na organização curricular até os dias atuais.

Palavra chave: Reforma Protestante Martinho Lutero Pós Modernidade Educação Religiosa.

## **ABSTRACT**

The Protestant Reformation occurred in the sixteenth century, had its context marked by great inventions and transformations in the history of humanity that provided a new way of thinking. At the end of the Middle Ages some changes in the educational system that are often unknown begin to occur. Martin Luther, a theologian recognized for his work in the face of the onslaughts of his time and for his Reform proposals, reconciled religion and education by understanding that educating consists of a transformation that goes beyond. For him education is done in everyday life in the conviviality of the family environment, in the church, in the school, in society. We understand that the Reformation reconciled religion with education, and argued that both should go together to promote a true transformation. In this work a research was done on the contribution of the Postmodern Education Reform. For this, a bibliographical survey was carried out on the historical context in which the reform took place, highlighting the proposal on Religious Education in the curricular organization up to the present day.

Key words: Protestant Reformation Martin Luther Post Modernity Religious Education.

## **LISTA DE ABREVIATURAS**

AEC Associação de Educação Católica

CNBB Conferência Nacional dos Bispos do Brasil

ER Ensino Religioso

FONAPER Fórum Nacional Permanente do Ensino Religioso

LDB Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

MEC Ministério da Educação

STF Supremo Tribunal Federal

ADI Ação Direta de Inconstitucionalidade

PGR Procuradoria Geral da República

PCNER Parâmetro Curricular Nacionais do Ensino Religioso

BNCC Base Nacional Comum Curricular

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	14
<b>1 CONTEXTO HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO NA REFORMA PROTESTANTE</b> .....	15
1.1 PRINCIPAIS CAUSAS DA REFORMA.....	16
1.1.2 CAUSAS RELIGIOSAS.....	16
1.1.3 CAUSAS SÓCIO-ECONÔMICAS.....	16
1.1.4 CAUSAS POLÍTICAS.....	17
1.2 POR QUE HOVE A REFORMA.....	18
1.3 A EDUCAÇÃO NA REFORMA.....	19
<b>2 A BANALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO RELIGIOSA NA PÓS-MODERNIDADE</b> .....	22
2.1 DEFINIÇÃO DE PÓS-MODERNIDADE.....	22
2.2. A INFLUENCIA NA EDUCAÇÃO.....	23
2,3 O CONCEITO TEOLIGICO-EDUCACIONAL DE LUTERO .....	24
2.3.1 A EDUCAÇÃO É DEVER DA FAMÍLIA .....	24
2.3.2 O CURRÍCULUM ESCOLAR .....	24
2.3.3 TEMPO DE AULA .....	25
2.4. COMO O BRASIL FOI ATINGIDO POR ESSA INFLUENCIA.....	26
2.4. AS SESSÕES DO FONAPER .....	30
<b>3 VOLTANDO AOS PRINCIPIOS DA REFORMA PROTESTANTE NA EDUCAÇÃO NA PÓS MODERNIDADE</b> .....	32
3.1. COMPONENTE CURRICULAR ENSINO RELIGIOSO – BNCC .....	34
3.2. OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM DO COMPONENTE CURRICULAR ENSINO RELIGIOSO NO ENSINO FUNDAMENTAL.....	36
<b>4 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	43
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b>	

## **INTRODUÇÃO**

O presente trabalho busca mostrar como a Reforma Protestante contribuiu para a educação na pós-modernidade no Brasil, trazendo o conhecimento de reforma e seus reformadores e quais foram suas causas no âmbito religioso, econômico e político; o porquê da reforma e quais foram suas influências educativas nesse período que entraram para história, sendo este um dever de toda família.

Seu objetivo é mostrar como o Brasil foi atingido por essa influência na pós-modernidade, com seus princípios norteadores construídos pelo homem, na formulação de leis e diretrizes sobre o ensino religioso e na sua definição centrada no atendimento do educador e do educando refletindo e propondo assuntos pertinentes ao ensino religioso, sem discriminação de qualquer natureza, sendo que seu ensino permanece de matrícula facultativa para os alunos de escolas públicas vedada quaisquer de confessionalidade e de proselitismo, ficando a cargo do sistema de ensino federal, estadual e municipal a definição dos conteúdos e o estabelecimento das normas para habilitação dos professores ouvintes entidades civis constituídas pelas denominações religiosas, criando-se então uma sociedade civil de âmbito nacional para o ensino religioso, voltado aos princípios de educação e religião, com componentes curriculares no conhecimento e na aprendizagem do ser humano, de religiosidade e de suas práticas religiosas numa perspectiva da adversidade cultural, religiosa e dos direitos humanos.

O assunto foi elaborado por meio de pesquisas feitas em estudos bibliográficos e internet, todos tendo como referência na área de Educação e de Reforma Protestante.

## **1 CONTEXTO HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO NA REFORMA PROTESTANTE**

Ao iniciar nosso estudo sobre a Educação na Reforma Protestante, é importante enfatizar primeiramente o que o movimento reformista sintetizou em suas manifestações nas quais houve transformações políticas, econômicas e sociais, assim, desfavorecendo a sociedade europeia no contexto da transição feudal-capitalista. De acordo com EARLE E. CAIRNS (2008)<sup>1</sup>:

Por volta de 1.500 d.C., os fundamentos da velha sociedade medieval estavam ruindo, e uma nova sociedade, com uma dimensão geográfica muito ampla e com transformações nos padrões políticos, econômicos, intelectuais e religiosos começava a surgir lentamente. As mudanças foram realmente revolucionárias, por sua natureza e pela força de seus efeitos sobre a ordem social.

O surgimento dos movimentos sociais tinha como propósito a implantação de um sistema mais justo, no qual a Igreja não teria tanto poder.

As mudanças foram realmente revolucionárias, por sua natureza e pela monarquia.

Apesar de a Reforma ter sido um movimento fundamentalmente religioso, ela conseguiu descompor várias outras vertentes sociais, fortalecendo, assim, os princípios sociais e econômicos da burguesia. CAIRNS ainda vai dizer que:

“Historiadores protestante como Schaff, Grimm e Bainton interpretam a Reforma amplamente como um movimento religioso que procurou redescobrir a pureza do cristianismo primitivo como descrito no Novo testamento. Essa interpretação tende a ignorar os fatores econômicos, políticos e intelectuais que ajudaram a promover a reforma”.<sup>2</sup>

No plano religioso, inúmeros movimentos anteriores à Reforma Protestante já haviam contestado a autoridade e o poder patrimonial da igreja, bem como o seu distanciamento dos verdadeiros ofícios espirituais, pois durante a baixa idade média, a igreja com o intuito do fortalecimento econômico da instituição, permitiu a venda de cargos eclesiásticos; a prática da simonia, comércio de relíquias sagradas, além do comércio de indulgências, que possibilitava ao fiel à absolvição dos seus pecados, mediante a contribuição de recursos à igreja. CAIRNS afirma também que:

A corrupção atingiria todos os escalões da hierarquia da Igreja Romana. Clérigos egoístas compravam e vendiam cargos livremente. As indulgências estavam diretamente ligadas ao sacramento da penitência. Após arrepende-se e confessar o pecado, o sacerdote garantia a absolvição, desde que o pecador pagasse com alguma coisa. Ensinava-se que a culpa e o castigo eterno pelo pecado eram perdoados por

---

<sup>1</sup>EARLE E. CAIRNS: O cristianismo através dos séculos: uma história da igreja cristã. 3 ed. Vida Nova, São Paulo: 2008 pag. 247

<sup>2</sup> Idem; pag. 251

Deus, mas havia uma exigência temporal que o pecador deveria cumprir em vida ou no purgatório, através de uma peregrinação a um lugar sagrado, do pagamento de uma importância à igreja ou de alguma obra meritória.<sup>3</sup>

Portanto, o conjunto dessas práticas comprometeu profundamente a imagem da Igreja, colaborando para o amadurecimento das condições que proporcionaram o movimento reformista da Reforma Protestante.

Logo a Reforma não foi um acontecimento isolado, pois estava ligada a outros movimentos como a Renascença, contribuindo, assim, para o renascimento de uma era moderna no século XVI.

## 1.1 - PRINCIPAIS CAUSAS DA REFORMA

Existe todo um conjunto de causas religiosas, socioeconômicas e políticas que ajudam a entender a reforma.<sup>4</sup>

### 1.1.2 - CAUSAS RELIGIOSAS

A autoridade da igreja foi substituída pela Bíblia, à qual todos poderiam ter acesso, contribuindo, assim, para a formação pessoal de entender as verdades divinas, tendo uma fé individual, sem o olhar dos padres.

Conforme os cristãos adquiriam entendimento, começavam a analisar o comportamento do clero, condenando uma série de abusos e de corrupções que estavam sendo praticados por eles.

### 1.1.3 - CAUSAS SÓCIO-ECONÔMICAS

A concepção teológica da igreja, desenvolvida durante o Período Medieval, estava adaptada ao sistema feudal, que se baseava na economia fechada e na auto-suficiência dos feudos, onde o comércio subsistia apenas como atividade marginal. Por isso, a teologia tradicional católica condenava a obtenção do lucro excessivo, da usura, nas operações de comércio, defendendo a prática do preço justo.

---

<sup>3</sup> Ibidem, pag. 254 e 256

<sup>4</sup> <http://boanova.tripod.com/reforma.htm> (causas Religiosas, Sócio-econômicas e políticas) - acessado em 23/09/2016



Com o início dos tempos modernos, desenvolveu-se a expansão marítima e comercial, e, dentro desse novo contexto, a moral econômica da Igreja começou a entrar em choque com a atividade da grande burguesia. Essa classe, empenhada em desenvolver ao máximo as atividades comerciais, sentia-se incomodada com as concepções tradicionais da Igreja, que taxava de pecado a busca impetuosa do lucro. Assim, essa burguesia começou a sentir necessidade de uma nova ética religiosa, mais adequada ao espírito do capitalismo comercial. Essa necessidade ideológica da burguesia foi satisfeita, em grande parte, com a ética protestante, que surgiria com a Reforma. Convém frisar, entretanto, que nem todos os líderes reformistas estavam dispostos a incentivar as práticas do capitalismo. É o caso, por exemplo, de Lutero, que condenava severamente o luxo e a usura, propondo para os cristãos um ideal de vida modesto, em que não existiria a ansiedade pelo lucro e a vaidade pelas riquezas materiais.

#### 1.1.4 - CAUSAS POLÍTICAS

Havia um rei universal que mandava em tudo e em todos inclusive nos monarcas e isso acabava gerando conflitos entre autoridades da Igreja e alguns governantes, pois viviam de baixo da autoridade papal. Nesse caso, eles se incomodavam, pois a igreja era dona de todas as terras, e isso impedia com que os monarcas pudessem fortalecer os seus poderes, onde a monarquia passou a encarar a igreja. A igreja por sua vez insistia em se apresentar como instituição universal e isso não era interessante para a nascente classe nacionalista.

Os Estados como Europa que hoje corresponde ao norte da Alemanha, Dinamarca, Suécia, Noruega, Suíça, Holanda, Inglaterra e Escócia, procuravam afirmar sua independência em relação à Igreja. A Reforma Protestante, de certo modo, atendeu a esses interesses.

Na Inglaterra, a Reforma foi imposta pelo rei Henrique VIII e recebeu o nome de anglicanismo.

A Igreja da Inglaterra separou-se de Roma, mas conservou boa parte da doutrina católica.

Essa noção de universalidade, entretanto, perdia força, pois crescia o sentimento nacionalista. Cada Estado, com sua língua, seu povo e suas tradições, estava mais interessado em afirmar suas diferenças em relação a outros Estados do que suas semelhanças. A Reforma Protestante correspondeu a esses interesses nacionalistas. Exemplo: a doutrina cristã dos reformadores foi divulgada na língua nacional de cada país e não em latim, o idioma oficial da Igreja.

## 1.2 - POR QUE HOVE A REFORMA

A Reforma Protestante inicia-se no século XVI, a partir da atitude de Martinho Lutero, que protestando contra a liberação do comércio de indulgências nos reinos germânicos, em 31 de outubro de 1517, afixou suas 95 teses na porta da Igreja do Castelo de Wittenberg, criticando a autoridade do papa e condenando as práticas que estavam sendo feitas pela Igreja. Conforme diz CAIRNS:

“Uma leitura das 95 teses revela que Lutero estava apenas criticando os abusos do sistema das indulgências, na intenção de reformá-lo. Entretanto, entre 1518 e 1521, ele foi forçado a admitir a ruptura com o sistema romano como a única alternativa para chegar a uma reforma que significasse uma volta ao ideal da igreja relevado nas Escrituras”.<sup>5</sup>

Após três anos de discussão entre Lutero e as autoridades eclesiásticas, o papa Leão X decidiu excomungá-lo pela *bula Exsurge domine*<sup>6</sup>. Em resposta a atitude papal, Lutero decide queimar em praça publica a bula que o condenava. Para Lutero<sup>7</sup>:

“A ignorância era um grande mal e a prosperidade da cidade estava diretamente ligada à educação. Ele diz [...] o progresso de uma cidade não depende apenas do acúmulo de grandes tesouros, da construção de muros de fortificação, de casas bonitas, de muitos canhões e da fabricação de muitas armaduras [...] o melhor e mais rico progresso para uma cidade é quando possuem muitos homens e muitas mulheres bem instruídos, muitos cidadãos ajuizados, homens bem instruídos, honestos e bem educados”.

Com as suas teses, Lutero acabou exortando o poder político para criarem escolas. Porem insistia em seus discursos para que houvesse uma mudança na mentalidade do povo, pois essa era uma das barreiras que impedia os pais de colocarem seus filhos na escola. Para

---

<sup>5</sup> OP CIT, pag. 260

<sup>6</sup> Bula Exsurge Domine: é o nome da bula pontifícia emitida pelo papa Leão X em 15 de junho de 1520 em resposta às 95 teses de Martinho Lutero e aos seus escritos sucessivos. Ainda que a bula não criticasse diretamente todos os pontos tocados pelo então monge alemão, proibia que em todos os países católicos fosse publicada, vendida e lida qualquer literatura que contivesse os erros e as heresias contidas nas 95 teses, solicitando às autoridades seculares que se encarregassem de respeitar e fazer respeitar a bula em seus territórios.

O prazo final de 10 de dezembro de 1520 foi o dia em que Lutero queimou a sua cópia da bula juntamente com os volumes do Código de Direito Canônico.

<sup>7</sup>LUTERO, Martinho. Aos conselhos de todas as cidades da Alemanha para que criem e mantenham escolas cristãs (1524) In Martinho Lutero: obras selecionadas. São Leopoldo: Comissão Interluterana de Literatura Sinodal, 1995, v. 5, pag. 309

LORENZO LUZURIAGA (1978)<sup>8</sup> “O importante é que despertou o interesse das autoridades oficiais e, com isso, promoveu o começo da educação pública.”

### 1.3 – A EDUCAÇÃO NA REFORMA

Antigamente a escola era toda voltada ao catolicismo com os jesuítas, que permaneceram como mentores durante 210 anos. Eles foram expulsos de suas colônias e, com isso, a educação brasileira vivenciou uma grande ruptura, onde já havia um modelo educacional implantado. Embora a igreja não tenha sido totalmente desvinculada houve uma mudança na educação à luz da pedagogia tradicional e leiga.

Em um contexto em que a educação era organizada e mantida somente pela igreja cristã, Lutero propõe alterações tanto no que se refere à organização de um sistema educacional, quanto aos princípios e fundamentos da educação, defendendo que esta seja para todos. Afirma ainda o reformador que o único meio mais eficaz de realizar a reforma do processo educativo é através da obrigatoriedade do ensino. Em seu discurso, ele afirma que só se atingirá uma sociedade bem instruída socialmente quando as autoridades obrigassem os pais a colocarem os seus filhos na escola. FRANCO CAMBI (1999) vai afirmar que:

O interesse de Lutero pelos problemas da educação e da escola está contido numa série de discursos e de apelos dirigidos aos homens políticos alemães (Carta aos conselheiros comunais de todas as cidades da Alemanha, de 1524; Sermão sobre a necessidade de mandar os filhos à escola, de 1530), além de alguns escritos de caráter religioso (Grande e pequeno catecismo, de 1529).<sup>9</sup>

Segundo THOMAS R. GILES (1987), Lutero propõe uma organização curricular onde ele separa o estudo em três divisões, para alcançar assim, melhor a população.

Porém, Lutero não se interessa tão somente pela teoria educacional, mas também pela prática da organização do ensino. No plano de 1528, preconiza a organização da escola em três divisões: uma para os principiantes, a segunda para aqueles que estão aprendendo a gramática e a terceira para aqueles que conseguem êxito na segunda divisão. No plano, Lutero não se limita a especificar detalhadamente as matérias, mas indica até o horário em que devem ser ensinadas<sup>10</sup>.

<sup>8</sup> LUZURIAGA, Lorenzo História da Educação e da Pedagogia, atualidades pedagógicas, vol. 59, São Paulo, 1978, pag. 110

<sup>9</sup> CAMBI, Franco. História da Pedagogia: O século XVI o início da Pedagogia Moderna, Tradução: Álvaro Lorenci São Paulo: UNESP, 1999, p. 248- 249

<sup>10</sup>GILES, Thomas Ransom. História da educação. São Paulo: EPU, 1987. p.120

A proposta que Lutero defendia era para um sistema organizacional e o combate à desigualdade social, no qual todos tinham o direito de frequentar a escola pública.

Lutero insistia em chamar a atenção para a necessidade de criar escolas, ou seja, ele dá início a um sistema de escolas públicas na Alemanha, as quais se destacam na época, e também influenciam os demais países, afinal: “modernamente, a educação torna-se pública nos países atingidos pelo movimento da Reforma” (ELAINE MARTA T. LOPES, 1981)<sup>11</sup> passando a influenciar os demais.

Durante a Idade Média, praticamente a maioria das escolas era mantida pela Igreja. Com a Reforma Protestante, pretendeu-se promover a educação para todos, a fim de que a Bíblia pudesse ser lida por todas as pessoas, saindo da exclusividade do clero católico romano. (ARAUJO, SILVA, 2008)<sup>12</sup>

A partir de então, a educação passa a ser comandada pelo estado. A escola Nova surge na concepção humanista da educação, onde se marca um período da reação dos católicos reivindicando o retorno da escola aos moldes tradicionais. ARMSTRONG vai dizer que:

Lutero acreditava que a educação estatal, subordinada à igreja católica estava corrompendo a juventude com os elementos do escolasticismo, que mesclava os estudos das obras clássicas com a Bíblia, em vez de estudar somente a Bíblia.

A educação que Lutero promovia se concentrava no lar, como ensina claramente o antigo testamento, toda via, ele entendia que o lar não despunha dos meios para cumprir satisfatoriamente sua missão. O Estado, portanto, devia assumir a responsabilidade do ensino das crianças e os pais deveria oferecer o ambiente doméstico que conduzissem a aprendizagem. Além disso, desiludido com a igreja católica, Lutero achava que o clero não tinha capacidade para oferecer boa instrução às crianças. Neste caso, a educação devia ficar a cargo das autoridades do estado.<sup>13</sup>

“Vê-se que a Educação Nova nasceu primeiramente da intenção e da ação individual de pioneiros que sentiam profundamente as deficiências da educação estabelecida, ou as novas necessidades de um mundo mais justo, mais humano” CASIMIRO M.M. AMADO (2007) <sup>14</sup> todos os indivíduos teriam direito a desenvolver plenamente todas as suas potencialidades, em que a infância e a juventude teriam um verdadeiro lugar e não esse estado de adultos incompletos, inteiramente dependentes, submetidos à autoridade absoluta. Esses pioneiros eram

---

<sup>11</sup> LOPES, Eliane Marta T. Origens da educação pública: a instrução na revolução burguesa do século XVIII. São Paulo: Loyola, 1981, p. 14

<sup>12</sup> ARAUJO Berenice; SILVA Luzelucia, Escola Dominical: A Formação Integral do Cristão, Pindamonhangaba, IBAD, 2008 p.69

<sup>13</sup> ARMSTRONG, Hayward, Bases da Educação Cristã, 2 ed. Rio de Janeiro, JUERP, 1994 p.61

<sup>14</sup> AMADO, Casimiro Manuel Martins, História da Pedagogia e da Educação, Guião para acompanhamento das aulas Universidade de Évora 2007 p.206

teóricos ou homens de ação que tiveram a coragem de se rebelarem contra os costumes estabelecidos.

Os reformadores estavam conscientes de que a alfabetização dos leigos e a apurada educação do clero seria um fator imprescindível para a evangelização dos povos. Em decorrência desta consciência, vários pensadores cristãos fundaram inúmeras universidades e exerceram grande influência na formação cultural nos mais diferenciados países. Como exemplo, podem ser citados:

John Wicliff, John Huss, Martinho Lutero, Filipe Melanchthon, João Calvino e João Amós Comênio. Todos estes homens causaram grande impacto intelectual em sua época e desta forma contribuíram diretamente para o desenvolvimento da ciência e da educação, nos séculos XIV, XV e XVI perpassam o tempo e atingem os moldes no século XXI. Desta forma, faz-se necessário conhecê-los.

John Wicliff: Em 1372, obteve o grau de Doutor em Teologia e um ano depois foi apresentado como candidato para a reitoria de Lutterworth, e ali ficou até a sua morte. Ele se opunha as autoridades da igreja dizendo que Cristo e a Bíblia afirmando que estes eram as únicas autoridades da igreja. Foi líder de um grupo semimilitante. As maiores influencias educacionais do grupo foram ensinar somente a Bíblia, desprezando as tradições da igreja, e produziram uma nova literatura que chamaram de tratados.

John Huss: Fundador dos husitas, um grupo que traduziu a Bíblia para o vernáculo e desenvolveu um sistema de escolas, inclusive uma universidade, para promover a prática do cristianismo.

Martinho Lutero: A educação para Lutero deve estar ao alcance de todos e a escola é o meio para instrumentalizar o cristão ao livre exame do texto bíblico. Foi Lutero que teve a ideia da escola pública e para todos, organizada em três grandes ciclos (fundamental, médio e superior) e voltada para o saber útil.

Filipe Melanchthon: verdadeiro criador da educação humanista pública, não só na Alemanha, senão por seu influxo, também no resto da Europa. Foi presidente da universidade de Wittenberg, e, nessa posição, exigiu que os professores ensinassem de acordo com o Credo Apostólico, o Credo de Niceia, o Credo de Atanásio e a Confissão de Augsburgo.

Para Melanchthon, o programa educacional evitaria os cristãos de viverem vidas grosseiras, e também os impediria de dar mais importância a cultura humana do que a fé cristão

João Calvino: deixou também sua contribuição na educação, como: convocar a igreja a retornar a tarefa de ensinar as crianças, fundou academia Genebra que ensinava crianças e adultos, escreveu muitos tratados, catecismos e comentários bíblicos.

João Amós Comênio: Conhecido como pai da pedagogia moderna, tinha como ideal promover uma educação igual para todos, assim como Lutero. Sua obra, a Didática Magna, foi muito bem elaborada, no qual apresentou um tratado da educação como direito universal, a qual conduz o homem a transformação e salvação, conforme os pressupostos religiosos. (ARAÚJO, SILVA, 2008)<sup>15</sup>

Ao examinarmos detalhadamente as transformações pedagógicas, nesse período da Reforma Protestante, deparamos com a marca educativa desses protestantes que entraram para história, seja na renovação de métodos pedagógicos, na reformulação curricular, e principalmente de um novo espírito e uma nova mentalidade.

---

<sup>15</sup> Op Cit p. 53á 67

## 2 A BANALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO RELIGIOSA NA PÓS-MODERNIDADE

### 2.1.DEFINIÇÃO DE PÓS-MODERNIDADE

A ideia de pós-modernidade surgiu na década de 1930, uma geração antes de seu aparecimento na Inglaterra ou nos EUA.

No século XX, a modernidade começa a viver um pesadelo, pois seu ideal de modernidade havia fracassado, iniciando assim uma nova era, a pós-moderna.

Neste período há um desencanto social em relação à religião, à educação, à política e a ciência, pois a pós-modernidade não dá crédito para nada, olha o mundo como um espaço vazio, onde não há um caminho certo a seguir, não se importando com o rumo que a vida toma. ZYGMUNT BAUMAN vai dizer que:

É inteiramente diferente viver com a consciência pós-moderna de que não há nenhuma saída certa para a incerteza; de que a fuga à contingência é tão contingente quanto à condição da qual se busca fugir. O desconforto que tal consciência produz é a fonte de mal-estares especificamente pós-modernos<sup>16</sup>

A pós-modernidade é basicamente uma crítica à modernidade, de desconstruções de princípios e conceitos de sistemas construídos na modernidade, a qual foi imposta ao homem moderno, sendo representado o seu fim por Deus, a sua unidade pelo conhecimento científico e a sua verdade como conceitos universais e eternos, uma época de incertezas, e também um divisor de águas, sendo o imediatismo a forma mais adequada para a pós-modernidade.

Como proposta alternativa, apresenta novas propostas: a subjetividade, o multiculturalismo e a pluralidade.

Diante dessas ideias, existem pensadores que criticam o pensamento pós-moderno, ao considerar uma referência decepcionante, sem um projeto definido, incapaz de enfrentar os desafios da humanidade, de guiar o pensamento e da criação artística. De acordo com Giddens (1997)<sup>17</sup>

---

<sup>16</sup> BAUMAN, Zygmunt: Modernidade e Ambivalência. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor. 1999, Pág. 250.

<sup>17</sup> GIDDENS, Anthony : “A vida em uma sociedade pós-industrial”, São Paulo, Unesp, 1997 p. 109.

A ciência perdeu boa parte da aura de autoridade que um dia possuiu. De certa forma, isso provavelmente é resultado da desilusão com os benefícios que, associados à tecnologia, ela alega ter trazido para a humanidade. Duas guerras mundiais, a invenção de armas de guerra terrivelmente destrutivas, a crise ecológica global e outros desenvolvimentos do presente século poderiam esfriar o ardor até dos mais otimistas defensores do progresso por meio da investigação científica desenfreada.

## 2.2 A INFLUENCIA NA EDUCAÇÃO

Examinando-se as transformações pedagógicas no período da Reforma Protestante pode se ver a marca educativa de protestantes que entraram para a história, seja através da renovação de métodos pedagógicos, na formulação curricular, na introdução de novas técnicas e principalmente de um novo espírito e maturidade.

A influência da Reforma na educação é inegável, pois os reformadores não estavam preocupados somente com a formação espiritual, mas buscavam fornecer uma base cultural onde haveria uma maturidade espiritual e também educacional, pois estavam conscientes da necessidade da alfabetização dos leigos e, ao ensino popular, onde deu início às escolas de ensino gratuito. CAMBI vai dizer que:

Com o protestantismo, afirmam-se em pedagogia o princípio do direito-dever de todo cidadão em relação ao estudo, pelo menos no seu grau elementar, e o princípio da obrigação e da gratuidade da instrução, lançando-se as bases para a afirmação de um conceito autônomo e responsável de formação, não estando mais o indivíduo condicionado por uma relação mediata de qualquer autoridade com a verdade e com Deus<sup>18</sup>.

Entretanto ao analisar a influência dos reformadores pode se citar John Wicliff, John Huss, Martinho Lutero, Filipe Melanchthon, João Calvino e João Amós Comênio, os quais causaram grandes transformações no sistema pedagógico. Entre os citados destacaremos Martinho Lutero o qual também contribuiu com sua proposta de modificar o curriculum escolar cristão.

Dentro dessa proposta MARIO A.MANACORDA<sup>19</sup> irá dizer que Lutero expunha seus pensamentos ao dizer:

[...] Caros Senhores, cada ano gasta-se tanto em espingardas, estradas, caminhos, diques e tantas outras coisas desse tipo, para dar a uma cidade paz e conforto; mas por que não se investe muito mais ou pelo menos o mesmo para a juventude pobre e

---

<sup>18</sup> Op Cit, p. 248

<sup>19</sup> MANACORDA, Mario Alighiero. Historia da educação: da antiguidade aos nossos dias. 10. ed. São Paulo: Cortez, 1999 P. 196.



necessitada, de modo que possam surgir entre eles um ou dois homens capazes, que se tornem mestres de escola?

### 2.3 O CONCEITO TEOLÓGICO-EDUCACIONAL DE LUTERO

Neste conceito, Lutero exemplifica as mudanças que a Reforma faria, propondo mudanças na educação escolar de sua época. Ele apresenta uma organização para a educação Cristã, que deveria ser para todos e mantidas pelas autoridades e não mais pela igreja e tendo o apoio da família que fazia o acompanhamento. Lutero queria que o aprendizado da Bíblia fosse o centro para o ensino escolar para formar cidadãos e bons cristãos.

#### 2.3.1 A EDUCAÇÃO É DEVER DA FAMÍLIA

Lutero acreditava que a educação teria que começar no seio familiar, pois olhava a família como uma instituição educativa, e dizia que família e escola deveriam andar juntas no quesito educação. Os filhos deveriam ser educados em casa e a escola seria mais um complemento disso

Para Lutero, os pais que sobretudo não mandavam seus filhos inteligentes e capacitados para a escola estavam servindo ao diabo, mostrando-se ingratos diante de Deus. Conforme registrou MANACORDA:<sup>20</sup>

Ora, homens desse tipo devem ser educados assim desde criança, como também mulheres desse tipo se educam assim desde pequenas. Portanto, é necessário que meninos e meninas sejam bem educados e instruídos desde a infância (LUTERO, 1524 apud MANACORDA, 1999, p.197).

#### 2.3.2 O CURRÍCULO ESCOLAR

Segundo GILES (1987), Lutero propõe uma organização curricular que se organiza em três divisões. A primeira divisão é para os iniciantes onde as crianças aprenderiam o alfabeto, credo e o pai nosso, depois de terem aprendido essa primeira etapa, iniciariam os estudos do Catão e Donato como introdução da leitura e escrita do latim, com a instrução do canto para auxílio da memorização.

Na segunda divisão, os alunos aprenderiam conjugações de verbos no latim, exercícios de gramática, etimologia, sintaxe e prosódia. Estudariam algumas fábulas dadas com antecedência como dever e os mestres usariam a repetição constante como forma de memorização dos conteúdos. A terceira divisão, é composta pelos melhores alunos que dominavam a gramática; entretanto, eles deveriam praticar composições de músicas, estudar a dialética e retórica<sup>21</sup>.

---

<sup>20</sup> Op Cit p.197

<sup>21</sup> Op Cit, p.120

### 2.3.3 TEMPO DE AULA

Segundo Lutero, as crianças deveriam ir à escola diariamente para estudar por um período de uma ou duas horas. Deveriam realizar o serviço em casa e também aprender um ofício com seus pais a fim de que pudessem ser inseridas na sociedade.

Nota-se, portanto, no protestantismo a preocupação não somente com a formação espiritual do indivíduo, mas também em fornecer-lhe uma base cultural consistente que lhe possibilitasse ser introduzido na sociedade visando sua utilidade não somente as ciências divinas, mas também às ciências humanas.

Lutero preocupava-se com o ser humano de modo integral e não parcial, fragmentado, ou restrito a um só segmento da vida. Pelo contrário, esta preocupação com o ser abarca todos os segmentos da existência humana, pois, a mesma está para com a família, para com a contribuição na sociedade quer pela escola ou pelo trabalho e principalmente para com a formação religiosa do homem o que lhe possibilitaria grande influência na Reforma Protestante. Sendo assim, uma vez que se tem a compreensão de que a Bíblia deveria ser lida, estudada e interpretada por todos, faz-se mister que o povo receba tal educação e que por meio deste desfrute do conhecimento das Sagradas Escrituras que o próprio Lutero traduziu das línguas originais para o alemão. Eis aí a principal importância da educação para Lutero.<sup>22</sup>

As escolas surgidas na Alemanha por inspiração da Reforma tendiam a buscar a universalização do ensino elementar, tendo em vista a divulgação religiosa.

Em consequência da maior articulação dos Estados em vista de expressar suas identidades, visando o direito da pluralidade cultural, o sistema escolar foi sendo estruturado de forma mais independente e, a igreja passou a ter menor ou nenhuma influência, sobretudo na escola estatal. (SERGIO A. JUNQUEIRA; RAUL VAGNER 2011)<sup>23</sup>

As escolas do século XVIII começam a sofrer influências de novos tempos, chamado de iluminismo, o qual tinha somente um olhar para uma cultura racional, onde a sociedade pudesse ansiar pela liberdade de pensamento.

A igreja por sua vez se vê diante de um esquema laico, no qual perde o total domínio sobre o sistema de ensino.

<sup>22</sup> [http://www.mackenzie.br/fileadmin/Chancelaria/GT2/Wesley\\_Rufino\\_Caetano\\_-\\_PAINEL.pdf](http://www.mackenzie.br/fileadmin/Chancelaria/GT2/Wesley_Rufino_Caetano_-_PAINEL.pdf) - acessado em 09/10/2016

<sup>23</sup> JUNQUEIRA, S. A., WAGNER R., O ensino religioso no Brasil, 2ª edição revista e ampliada, Champagnat, editora PUCPR, Curitiba, 2011, p. 28 e 29

#### 2.4. COMO O BRASIL FOI ATINGIDO POR ESSA INFLUENCIA

A influência que a reforma exerceu sobre a educação e o ensino religioso no Brasil é histórica. Portugal em sua culminância de grandes descobertas, a formação do império português na África, Ásia, América Latina. Portugal tinha como objetivo a implantação de uma sociedade cristã nos seus princípios. Neste período, o Brasil estava alicerçado em Três bases: escola, igreja, política/economia, a educação deveria ser gratuita e parar todos.

O Estado, por sua vez, queria que a burguesia tomasse lugar das autoridades religiosas, pois, assim, a educação passaria a ser o ideal da classe dominante, com seus interesses e valores.

O Estado amplia o curso de ensino superior, deixando de lado as classes populares e valorizando as classes mais abastadas.

Na história da formação do Brasil, o ensino religioso sofreu lento processo de alteração em consequência do desenvolvimento do estado, pois no ano de 1934 a Constituição admite que o ensino religioso era de caráter facultativo, ministrados de acordo com o princípio religioso do aluno, e entrava no curriculum das escolas públicas, sendo:

Art 153. O ensino religioso será de frequência facultativo e ministrado de acordo com os princípios da confissão religiosa do aluno, manifestada pelos pais ou responsáveis e constituirá matéria dos horários nas escolas públicas primárias, secundárias profissionais e normais.<sup>24</sup>

Neste artigo vemos o apoio do Estado no que se refere ao ensino religioso. Mas, em 1937, há uma decadência do ensino religioso, pois a Constituição Federal, cooperou para esse declínio ao afirmar que:

Art 133 - O ensino religioso poderá ser contemplado como matéria do curso ordinário das escolas primárias, normais e secundárias. Não poderá, porém, constituir objeto de obrigação dos mestres ou professores, nem de frequência compulsória por parte dos alunos.<sup>25</sup>

No ano de 1961, havia uma divergência da parte de alguns educadores a Associação Brasileira de Educação apoiava o ensino laico, mas não aceitavam o ensino religioso na escola pública, mas a igreja católica teve o apoio da (ARB) Associação dos Religiosos do Brasil (AEC), Associação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e Associação da Educação Católica

---

<sup>24</sup><http://www2.camara.leg.br/legin/fed/consti/1930-1939/constituicao-1934-16-julho-1934-365196-publicacaooriginal-1-pl.html> - acessado em 10/11/2016

<sup>25</sup><http://www.jusbrasil.com.br/topicos/10614200/artigo-133-da-constituicao-federal-de-10-de-novembro-de-1937> - acessado em 10/11/2016

(AEC), que combatiam essa posição e juntos conseguiram a vitória, incluindo o ensino religioso na LBD DE 1961 que previa no artigo 97.

Em 1961, a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 4024/61), em seu artigo 97, descreve o Ensino Religioso como disciplina dos horários normais das escolas oficiais, é de matrícula facultativa e será ministrado sem ônus para os poderes públicos, de acordo com a confissão do aluno, manifestada por ele, se for capaz ou pelo seu representante legal ou responsável. 1º - A formação de classe para o ensino independe de número mínimo de alunos. 2º - O registro de professores e Ensino Religiosos será realizado perante a autoridade religiosa, respectiva.

Houve vários momentos de debates sobre o ensino religioso, que foram sancionados em 20 de dezembro de 1996, pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso, segundo o qual o ensino religioso seria sem encargos aos cofres públicos, assim afirma <sup>26</sup>:

Art. 1º A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais.

§ 1º Esta Lei disciplina a educação escolar, que se desenvolve, predominantemente, por meio do ensino, em instituições próprias.

§ 2º A educação escolar deverá vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social.

Art. 2º A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Art. 3º O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;

II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber;

III - pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas;

IV - respeito à liberdade e apreço à tolerância;

V - coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;

VI - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;

VII - valorização do profissional da educação escolar;

VIII - gestão democrática do ensino público, na forma desta Lei e da legislação dos sistemas de ensino;

IX - garantia de padrão de qualidade;

X - valorização da experiência extraescolar;

XI - vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais.

XII - consideração com a diversidade étnico-racial. (Incluído pela Lei nº 12.796, de 2013)

A partir deste momento, o Ensino Religioso era visto apenas como apêndice na educação, o que gerava indefinição de continuar ou não fazendo parte da grade curricular.

Mas, em 1971, houve uma mudança na lei uma vez que a LDB (Lei de Diretrizes e Bases) vetou a lei de 1961 artigo 97 citado acima.

<sup>26</sup> [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L9394.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm) acessado em 10/11/2016

Esta busca de identidade e redefinição do papel do Ensino Religioso na escola, ligada à discussão de sua manutenção em termos de legislação, foi de significativa importância no processo da revisão constitucional, nos anos oitenta. Quando da Constituinte, que culminou com a promulgação da Constituição de 1988, foi organizado um movimento nacional pela permanência do Ensino Religioso na educação, que resultou na segunda maior emenda popular apresentada à Assembleia Constitucional, pois obteve 78.000 assinaturas. Coube ao deputado Padre Roque Zimmermann (PT-PR), membro da Comissão de Educação – Cultura e Desporto, diante deste quadro, apresentar um substitutivo, que procurava contemplar uma síntese, nascida de longos debates e reflexões, aprovado no Plenário da Câmara dos Deputados, em sessão realizada no dia 17 de junho de 1997, com quase unanimidade. Da mesma forma, foi aprovado no Senado da República o novo texto legislativo sobre o Revista Diálogo Educacional, Curitiba, v. 5, n.16, p. 229-246, set./dez. 2005. O contexto pluralista para a formação do professor de ensino religioso, sem emendas, no dia 09 de julho e sancionado, pelo Presidente da República, no dia 22 de julho do mesmo ano. Fez-se a seguinte alteração no artigo referente ao Ensino Religioso<sup>27</sup>

Art. 33 – O Ensino Religioso, de matrícula facultativa, é parte integrante da formação básica do cidadão e constitui disciplina dos horários normais das escolas públicas de Educação Básica, assegurado o respeito à diversidade cultural religiosa do Brasil, vedadas quaisquer formas de proselitismo”. § 1.º - Os sistemas de ensino regulamentarão os procedimentos para a definição dos conteúdos do Ensino Religioso e estabelecerão as normas para a habilitação e admissão dos professores. § 2.º - Os sistemas de ensino ouvirão entidade civil, constituída pelas diferentes denominações religiosas, para a definição dos conteúdos do ensino religioso. Na realidade, esta alteração da legislação foi consequência de um significativo movimento articulador promovido pelo Fórum Nacional Permanente do Ensino Religioso, instalado no dia 26 de setembro de 1995, em Florianópolis (SC), por ocasião da celebração dos vinte e cinco anos do CIER, como um espaço pedagógico centrado no atendimento ao direito do educando de ter garantido a educação de sua busca do transcendente e, ainda, espaço aberto para refletir e propor encaminhamentos pertinentes ao Ensino Religioso, sem discriminação de qualquer natureza.

Com a reformulação do artigo 33 da lei de Diretrizes de Bases da Educação Nacional (LDB- lei nº9394/96), em 1997 a (LDB lei nº9475/97) o ensino religioso permaneceu de matrícula facultativa para os alunos, vedada quaisquer de confessionalidade e de proselitismo, ficando a cargo do sistema de ensino (Federal, Estadual e Municipal) a definição dos conteúdos e o estabelecimento das normas para habilitação dos professores ouvinte entidades civil constituída pela denominações religiosas<sup>28</sup>

---

<sup>27</sup> Revista Diálogo Educacional, Curitiba, v. 5, n.16, p. 229-246, set./dez. 2005.- [http://www.gper.com.br/documentos/contexto\\_pluralista.pdf](http://www.gper.com.br/documentos/contexto_pluralista.pdf) - acessado em 14/11/2016

<sup>28</sup> Expressão dada pelo parágrafo 2 do artigo 33 da Lei nº9475/97 (LBD)

Com essa reformulação trouxe obrigatoriedade aos estados no pagamento dos professores e capacitação dos mesmos.

Criou-se uma sociedade civil de âmbito nacional intitulada Fórum permanente para o ensino religioso (FONAPER)<sup>29</sup> que elaborou uma carta de intenções com os primeiros princípios norteadores.

1 - Garantia de que a Escola, seja qual for sua natureza, ofereça Ensino Religioso ao educando, em todos os níveis de escolaridade, respeitando as diversidades de pensamento e opção religiosa e cultural do educando; 2 - Definição junto ao Estado do conteúdo programático do Ensino Religioso, integrante e integrado às propostas pedagógicas; 3 - Contribuição para que o Ensino Religioso expresse sua vivência ética pautada pela dignidade humana; 4 - Exigência de investimento real na qualificação e capacitação de profissional para o Ensino Religioso, preservando e ampliando as conquistas, de todo magistério, bem como garantindo-lhes condições de trabalho e aperfeiçoamentos necessários.

## 2.5. AS SESSÕES DO FONAPER

O FONAPER, em seu percurso histórico, realizou 10 sessões, por meio da qual pode participar de alguns debates sobre o E.R.

A 1.<sup>a</sup> Sessão aconteceu dos dias 24 a 26/3/96, em Brasília-DF, cuja finalidade foi: a) Filiação/adesão; b) Estudo sobre currículo e c) Currículo Básico do Ensino Religioso. Ficou claro que precisava haver insistência para que o Ensino Religioso fosse disciplina - eixo essencial, e não um elemento de tema transversal. Decidiu-se por elaborar um texto preliminar para compor os Parâmetros Curriculares Nacionais. No período de 12 a 16/8/96, em Brasília-DF, ocorreu a 2.<sup>a</sup> Sessão, dos dias 17 a 19/8/96, e teve como finalidade os "Encaminhamentos dos Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Religioso" e a organização do Fórum com adesões, regimentos e indicação da Comissão. Foram eleitos os membros da Comissão Provisória, como a Coordenação do Fórum. A 3.<sup>a</sup> Sessão aconteceu em Piracicaba - SP, nos dias 12 a 14/3/97, com as seguintes finalidades: Encaminhamentos: a) dos Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Religioso; b) de capacitação de Professores de Ensino Religioso; c) Política do Ensino Religioso nas Legislações. Essa Sessão aprovou os PCNs que já haviam sido editados pela Editora Ave Maria, com algumas correções. Também encaminhou um texto substitutivo ao Art. 33 da LDB. E nessa Sessão o Fórum recebeu o parecer do Conselho Nacional de Educação sobre o Art. 33 da LDB, datado de 11/3/97. Um grupo encaminhou os conteúdos curriculares que deveriam fazer parte da capacitação de professores

---

<sup>29</sup> Segundo seu ensino, o FONAPER constitui-se numa sociedade civil de âmbito nacional, sem vínculo político-partidário, confessional e sindical, sem fins lucrativos, sem prazo de duração, que reúne pessoas jurídicas e físicas identificadas com ensino religioso

para o Ensino Religioso. A 4.<sup>a</sup> Sessão do fórum aconteceu simultaneamente com o 2º Seminário, em Brasília-DF, nos dias 4 a 7 de agosto de 1997, com a seguinte programação: a) Ensino Religioso na LDB: Histórico e encaminhamentos; b) Ensino Religioso nos sistemas de Ensino (estaduais e municipais); c) Processo de Habilitação dos Professores do Ensino Religioso; d) Política dos Parâmetros 5 Curriculares Nacionais do Ensino Religioso; e) Política de Organização do Ensino Religioso no Brasil. Essa sessão reuniu 19 Universidades e cerca de 109 pessoas. Foi lançado oficialmente o Parâmetro Curricular Nacional do Ensino Religioso. Também foi feita a entrega da sugestão de currículo para o Ensino Religioso. Contando com a presença de 250 pessoas, aconteceu a 5.<sup>a</sup> Sessão do Fórum, em Curitiba - PR, de 10 a 12/06/98, tendo como atividades a palestra "Fundamentos Epistemológicos do Ensino Religioso", 4 Mesas Redondas: fundamentos Epistemológicos do Ensino Religioso; O Ensino Religioso nos Sistemas de Ensino; Entidade Civil para o Ensino Religioso; Organizações dos Profissionais do Ensino Religioso; e como Workshops: 1) A qualificação do professor e as instituições de Ensino Superior; 2) Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Religioso e os currículos; 3) Estruturação para funcionamento do Ensino Religioso local; 4) O tratamento didático do Ensino Religioso conforme política dos PCNs. A 6.<sup>a</sup> Sessão do Fórum aconteceu em Várzea Grande, Cuiabá, de 23 a 25/09/99. O objetivo foi tratar da habilitação do profissional para o Ensino Religioso, a partir da Lei 9475/97, sob o tema geral "A Capacitação de Professores para o Ensino Religioso". O trabalho foi realizado em quatro Workshops: 1. Ensino Religioso na formação de profissionais no Curso Normal; 2. Ensino Religioso na Educação Infantil; 3. Ensino Religioso na Proposta Político Pedagógica da Escola e 4. Ensino Religioso nos sistemas de ensino. A sétima sessão aconteceu em Curitiba, na data de 08 de novembro de 1999, e foi a assembleia que aprovou os Estatutos do Fórum. Desta forma, o FONAPER tornou-se uma entidade jurídica. A oitava Sessão do Fórum Nacional Permanente do Ensino Religioso ocorreu no dia 21 de julho de 2000 no município da Serra (ES) durante o I Congresso Brasileiro de Professores de Ensino Religioso, cujo tema foi "O professor de Ensino Religioso aprendendo: a ver, a saber, a fazer e a ser". Entre os dias 20 e 21 de agosto de 2001, em São Paulo, ocorreu a nona Sessão do FONAPER com a participação de vinte e três pessoas, de onze Unidades da Federação. A pauta desta foi a apresentação do relatório das comissões de trabalho; - comunicações da situação do Ensino Religioso 6 nos Estados; - alteração do artigo 2º do Estatuto do Fórum, que se refere à sede e ao foro do Fórum. No dia 25 de setembro de 2003, na cidade de Maceió, Alagoas, ocorreu a X Sessão do FONAPER e teve como objetivo a avaliação do biênio de 2002 a 2003, com destaque para a organização e atualização do site

www.fonaper.com.br. Esta sessão ocorreu durante o VIII Seminário Nacional de Capacitação Profissional para o Ensino Religioso.<sup>30</sup>

---

<sup>30</sup> <http://www.pucpr.br/eventos/educere/educere2004/anaisEvento/Documentos/MR/MR-CI0143.pdf> - acessado em 17/11/2016



### 3 VOLTANDO AOS PRINCÍPIOS DA REFORMA PROTESTANTE NA EDUCAÇÃO NA PÓS MODERNIDADE

Na reforma protestante, a educação e a religião sempre andaram juntas, mas com a separação da igreja e Estado veio a secularização e a liberdade religiosa, fazendo com que o clérigo perdesse a autoridade e o Estado tomasse o poder sobre o ensino religioso, o qual está sendo banalizado até os dias de hoje.

Na história do ensino religioso são revelados os avanços e retrocessos desde a reforma. A constituição promoveu avanços pedagógicos em relação ao ensino religioso que proporcionou como disciplina escolar para formação integral do ser humano e desenvolvimento da cidadania.

Diante de um pluralismo e adversidade o ensino religioso busca ter uma identidade própria procurando resgatar os valores religiosos numa perspectiva pacífica. JUNQUEIRA; VAGNER (2011) relata que; “Valores como o pluralismo religioso passaram a ser explicitados, e progressivamente foi percebida a necessidade de respeitar a adversidade, o que inibia a postura de doutrinação de uma tradição religiosa.”<sup>31</sup>

Mesmo na pós-modernidade, essa perspectiva continua, mas ainda há discussões sobre o ensino religioso em escolas públicas.

Em junho de 2015 o STF (Supremo Tribunal Federal), promoveu uma audiência que levou a discussão o ensino religioso nas escolas públicas.

O tema da audiência pública é abordado na Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 4439, ajuizada pela Procuradoria Geral da República (PGR), e que questiona o ensino religioso confessional – aquele vinculado a uma religião específica nas escolas da rede oficial de ensino do país. A PGR defende que o ensino religioso deve ser ministrado de forma laica, sob um contexto histórico e abordando a perspectiva das várias religiões. Na ação, busca-se conferir interpretação conforme a Constituição Federal a dispositivos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (caput e parágrafos 1º e 2º do artigo 33 da Lei 9.394/1996) e ao acordo firmado entre o Brasil e a Santa Sé (Decreto 7.107/2010). Em despacho para a convocação da audiência, o relator afirmou que a ação pretende “*assentar que o ensino religioso em escolas públicas deve ter natureza não confessional, com proibição da admissão de professores na qualidade de representantes das confissões religiosas*”. Ao justificar a necessidade de discussão mais ampla sobre o tema, o ministro afirmou que “*tais questões extrapolam os limites do estritamente jurídico, demandando conhecimento interdisciplinar a respeito de aspectos políticos, religiosos, filosóficos, pedagógicos e administrativos relacionados ao ensino religioso no país*”, para ouvir representantes do sistema público de ensino, de grupos religiosos e não religiosos e de outras entidades da sociedade civil, bem como de especialistas com reconhecida autoridade no tema.<sup>32</sup>

<sup>31</sup> Op.Cit. p.109

<sup>32</sup> <http://lanyy.jusbrasil.com.br/artigos/199166505/audiencia-publica-no-stf-discute-a-possibilidade-do-ensino-religioso-nas-escolas-publicas> - acessado em 18/11/2016

Nessa audiência estavam presentes 14 entidades que se posicionaram contra ou a favor ao ensino religioso das escolas públicas os quais foram convocados para referida audiência no STF.

O representante da Liga Humanista Secular, Thiago Gomes Viana, foi um dos quais acabou desfavorecendo o ensino religioso destacando que a “única forma aceitável” de ensino religioso nas escolas é a modalidade não confessional. Relatando casos de discriminação entre alunos

O satanismo e a religião da maconha, recentemente criada, poderão ser veiculadas para nossas crianças nas escolas? Se outros credos podem, esses também poderiam (citação de Thiago Gomes – representante da liga Humanista Secular)

O representante da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) Antônio Carlos Biscaia, ressaltou que:

O ensino religioso confessional não significa proselitismo religioso, ao destacar diferenças entre o ambiente escolar e o paroquial. “O Brasil é um Estado laico, mas não é um Estado ateu, tanto que o preâmbulo da Constituição Federal evoca a proteção de Deus”.

A publicação dos Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Religioso (PCNER) marca um passo histórico da educação brasileira.

Pela primeira vez educadores de várias tradições religiosas elaboraram uma proposta pedagógica para o ensino religioso, este documento foi entregue ao Ministério da Educação (MEC) em outubro de 1996, um ano depois foi editado pela editora Ave Maria.

De 15 de dezembro de 2015 até a primeira quinze de março de 2016, o ministério da educação concluiu o 1º ciclo de consultas, estudos e contribuições ao texto preliminar da Base Nacional Comum Curricular<sup>33</sup>. Segue a baixo alguns desses componentes.

### 3.1. COMPONENTE CURRICULAR ENSINO RELIGIOSO – BNCC

De acordo com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), este curriculum consiste de uma orientação ampla, para a construção de currículos, que deverão atentar para as diversidades que compõem seu contexto.

Segue a perspectiva ao listar os objetivos de aprendizagem de cada componente curricular do Ensino, consistindo numa sociologia política da proposta da BNCC, com foco no componente curricular do ER.

<sup>33</sup> <http://ensinoreligioso.blogspot.com.br/2010/10/parametros-curriculares-nacionais-do.html> - acessado em 21/11/2016

**Parágrafo 1** - O Ensino Religioso assumiu diferentes perspectivas teórico-práticas ao longo da história da educação brasileira. Tanto nos debates institucionais para sua regulamentação legal, quanto nas propostas de implementação, o Ensino Religioso acabou sendo um elemento de disputa entre Estado e instituições religiosas, assim como entre movimentos sociais e educacionais que militavam a favor ou contra a sua manutenção na escola pública. Entre alianças e disputas, ao longo de aproximadamente quatro séculos, o “ensino da religião” na escola esteve a serviço dos sistemas políticos e religiosos socialmente hegemônicos, assumindo perspectivas confessionais e/ou interconfessionais, geralmente de viés proselitista.

**Parágrafo 2** - O proselitismo religioso caracteriza-se pela difusão de um conjunto de ideias, de práticas e de doutrinas que se auto referenciam como verdade exclusiva. Durante todo o período colonial e imperial, a estreita relação entre Estado e Igreja legitimou o proselitismo na instrução pública, assim como discursos e práticas de negação da diversidade religiosa e de subalternização das crenças, saberes, identidades e culturas que se distinguiram do padrão sociocultural estabelecido. Mesmo com a Proclamação da República e com a consequente separação constitucional dos poderes políticos e religiosos, o proselitismo ainda se configura no contexto e cotidiano escolar.

**Parágrafo 3** - As transformações socioculturais ocorridas a partir da década de 1980 motivaram mudanças paradigmáticas e normativas no campo educacional. Nesse contexto, tanto a Constituição Federal de 1988, quanto a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) nº 9.394/1996, redefiniram os fundamentos epistemológicos e pedagógicos do Ensino Religioso, atendendo a reivindicações da sociedade civil, de sistemas de ensino e de instituições de Educação Superior que almejavam o reconhecimento de culturas, de tradições e de grupos religiosos e não religiosos que integram a complexa e diversa sociedade brasileira.

**Parágrafo 4** - Legalmente estabelecido como componente curricular de oferta obrigatória, e de matrícula facultativa, pouco a pouco, em diferentes regiões do país, foram sendo elaborados currículos, projetos de formação inicial e continuada para professores, bem como subsídios didático-pedagógicos que fomentam a operacionalização do Ensino Religioso como componente responsável por assegurar o conhecimento da diversidade religiosa, garantindo que ela seja respeitada, vedadas quaisquer formas de proselitismos.

**Parágrafo 5** - Nessa perspectiva, a Resolução CEB/CNE nº 2/1998 incluiu o Ensino Religioso como uma das áreas de conhecimento da BNC. Essa determinação foi ratificada pelas Resoluções CNE/CEB nº 4/2010 e nº 7/2010, que mantiveram o Ensino Religioso como uma das cinco áreas de conhecimento do Ensino Fundamental de 09 (nove) anos.

**Parágrafo 6** - No presente documento, o Ensino Religioso, de caráter notadamente não confessional, é apresentado junto à área das Ciências Humanas, o que, de maneira alguma, compromete sua identidade pedagógica como componente curricular da Educação Básica. Essa integração se deve à proximidade e às conexões existentes com as especificidades da História, Geografia, Sociologia e Filosofia, de modo a estabelecer e a ampliar diálogos e abordagens teórico-metodológicas que transcendam as fronteiras disciplinares.

**Parágrafo 7** - Na Educação Básica, o Ensino Religioso não confessional assume a responsabilidade de oportunizar o acesso aos saberes e aos conhecimentos produzidos pelas diferentes culturas, cosmovisões e tradições religiosas, sem proselitismo. O estudo dos conhecimentos religiosos na escola laica, a partir de pressupostos científicos, estéticos, éticos, culturais e linguísticos, visa à formação de cidadãos e cidadãs capazes de compreender as diferentes vivências, percepções e elaborações relacionadas ao religioso e ao não religioso, que integram e estabelecem interfaces com o substrato cultural da humanidade.

**Parágrafo 8** - Os conhecimentos religiosos fundamentam, articulam e expressam maneiras próprias de como cada pessoa ou grupo capta, interpreta, aprende e elucida os acontecimentos da vida. Embasam crenças, comportamentos, atitudes, valores, símbolos, significados e referenciais utilizados para realizar escolhas e dar sentido à vida.

**Parágrafo 9** - O Ensino Religioso, cujo objeto de estudo é o conhecimento religioso, assume o diálogo como um princípio metodológico orientador dos processos de

observação, de análise, de apropriação e de ressignificação dos saberes, organizando-se, na Educação Básica, a partir de eixos, a saber:

**Parágrafo 10** - SER HUMANO, considerando as corporeidades, as alteridades, as identidades, imanência-transcendência, os valores e os limites éticos, os direitos humanos, a dignidade;

**Parágrafo 11** - CONHECIMENTOS RELIGIOSOS, considerando os mitos, os ritos, os símbolos, as ideias de divindades, as crenças, os textos sagrados orais e escritos, as filosofias de vida, as ideologias e as doutrinas religiosas;

**Parágrafo 12** - PRÁTICAS RELIGIOSAS E NÃO RELIGIOSAS, considerando suas manifestações nos diferentes espaços, os territórios sagrados e as territorialidades, as experiências religiosas e não religiosas, as lideranças religiosas, as espiritualidades, as diversidades, a política, a ecologia.

**Parágrafo 13** - Na perspectiva da diversidade cultural, religiosa e dos direitos humanos, o Ensino Religioso não pode ser concebido como ensino de uma religião ou das religiões na escola. Busca desconstruir significados e experiências colonialistas, reconstruindo atitudes de valorização e respeito às diversidades, ao mesmo tempo em que instiga a problematização das relações de saberes e poderes de caráter religioso, presentes na sociedade e respectivamente no cotidiano escolar.

**Parágrafo 14** - O estudo dos conhecimentos religiosos constitui um dos elementos da formação integral e objetivo de aprendizagem dos/as estudantes, tendo em vista uma melhor compreensão da sociedade e do mundo, no sentido de salvaguardar a liberdade de expressão religiosa e não religiosa – tais como o materialismo, o ateísmo, o ceticismo e o agnosticismo, entre outras – e de assegurar a promoção e a defesa da dignidade humana.

**Parágrafo 15** - A ética da alteridade é um dos fundamentos epistemológicos e pedagógicos para o diálogo inter-religioso e intercultural, princípio basilar para o reconhecimento da diversidade cultural na perspectiva da totalidade da vida. Nesse sentido, discriminações e preconceitos entre grupos humanos têm a oportunidade de serem desnaturalizados e, na medida em que são abordados como elementos de aprendizagem, contribuem para a superação de violências de cunho religioso, para o reconhecimento de identidades culturais religiosas e não religiosas na construção e na compreensão de entendimentos acerca do encontro e da convivência respeitosa com o outro na coletividade, implicando corresponsabilidades para o bem-viver.

**Parágrafo 16** - A diversidade cultural religiosa presente nos espaços escolares exige atenção e esforços conjuntos no sentido de erradicar práticas e relações de poder que buscam homogeneizar os diferentes, anulando suas diferenças. Tais processos, muitas vezes, ocorrem no próprio contexto escolar, por meio de invisibilizações, silenciamentos e discriminações, relacionados às diferentes identidades e a valores de caráter religioso e não religioso.<sup>34</sup>

Entende-se que a proposta feita pela BNCC, referindo aos fundamentos pedagógicos do E.R. leva ao saber e ao conhecimento produzido por várias culturas, dentro de uma cosmovisão. O conhecimento religioso capacita o ser humano a interpretar, aprender os valores que vão ajudá-lo a dar sentido à vida. Aprendendo a respeitar os valores éticos, os direitos humanos e a dignidade, trazendo amadurecimento e crescimento para que cada indivíduo, possa compreender a sociedade e o mundo, na liberdade de expressão religiosa e não religiosa. Trazendo diálogo intercultural, sem que haja discriminação e preconceito. Por isso, se faz necessário anular as diferenças no espaço escolar para que seja estabelecido o ensino religioso

### 3.2. OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM DO COMPONENTE CURRICULAR ENSINO RELIGIOSO NO ENSINO FUNDAMENTAL

<sup>34</sup> <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/documentos/BNCC-APRESENTACAO.pdf> - acessado em 28/11/2016 - p. 284

A BNCC criou um plano de aula, que abarca desde o primeiro ano, até o nono ano do Ensino Fundamental. Esse plano é responsável por nortear a realização das atividades em sala de aula no período desses nove anos, proporcionando aos alunos o conhecimento do E.R., valorizando o pluralismo cultural na sociedade.

A produção deste material está sendo analisada e será ajustada às avaliações federais até 2019, porém poderá levar alguns anos para ter um impacto no ensino religioso das escolas públicas. Sendo elas: (ANEXO)<sup>35</sup>

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

---

<sup>35</sup> <http://www.fonaper.com.br/basenacionalcomumcurricular.php> acessado em 19/11/2016

Neste trabalho, abordamos o assunto da reforma protestante e a sua contribuição na pós-modernidade ao ensino religioso. Reformadores lutaram para que o estudo fosse para todos e não somente para os nobres. Neste momento, o ensino estava sobre o domínio da igreja e houve uma exigência de que a responsabilidade por garantir esse acesso fosse assumida pelo Estado. Assim todos teriam oportunidade de apreender e de estudar; independente de seus status e sua origem familiar. Entretanto, houve muitas discordâncias em relação ao ensino religioso; pois, com o surgimento de novas religiões, encontram-se muitas dificuldades, uma vez que cada um quer defender a sua própria doutrina. Embora exista na constituição brasileira a lei que dá o direito ao ensino religioso em todas as escolas públicas, a pós-modernidade, juntamente com o laicismo, fez com que essa disciplina perdesse o seu devido valor. Algo pelo qual Lutero batalhou tanto no século XVI, hoje podemos ver a banalização desse tão estimado projeto.

Hoje existem pessoas que pertencem ao FONAPER (Fórum Nacional Permanente do Ensino Religioso) que lutam por esse direito e pela implantação do ensino religioso em todas as escolas públicas, pessoas que trabalham na elaboração de currículo para o ensino religioso nas escolas públicas, nos quais servem de apoio aos professores dentro das salas de aula.

Este currículo escolar está sendo avaliada pelo MEC, nos dias de hoje, e não se tem uma data marcada para o uso desse material.

Levando em conta que foi observado, tira-se proveito do que a Reforma Protestante contribuiu para a educação pós-moderna, mas que infelizmente nos dias de hoje, o ensino religioso serve mais a objetivos políticos do que a um interesse pragmático na educação, no que se refere à discussão do tema “religião”.

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRAFICAS**

ARAÚJO, B.; SILVA, L. **Escola Dominical, A formação Integral do Cristão**. Pindamonhangaba: IBAD, 2008

AMADO, Casimiro Manuel Martins. **História da Pedagogia e da Educação**, Guião para acompanhamento das aulas Universidade de Évora 2007

ARMSTRONG, Hayward. **Bases da Educação Cristã**, 2. ed. Rio de Janeiro, JUERP 1994

ARANHA, M.L.A. **Filosofia da Educação**, 2. ed. São Paulo, Moderna, 1996

AMADO, Casimiro Manuel Martins, **História da Pedagogia e da Educação**, Guião para acompanhamento das aulas Universidade de Évora 2007 p.206

BARBOSA, Luciane M. R. **As Concepções educacionais de Martinho Lutero. Educação e Pesquisa**, São Paulo, jan./abr. 2007.

BORGES, Ines A. **Educação e Personalidade**, A dimensão sócio histórica da educação cristã, São Paulo, Mackenzie, 2002

BAUMAN, Zygmunt: *Modernidade e Ambivalência*. RJ. Jorge Zahar Editor. 1999, Pág. 250.

CAMBI, Franco. **O século XVI: o início da Pedagogia Moderna**. História da Pedagogia. Tradução: Álvaro Lorenci. São Paulo: UNESP, 1999..

CAIRNS, Earle E. **O Cristianismo através dos séculos: uma história da igreja Cristã**, 3 ed. , São Paulo, Vida Nova, 2008

COMÊNIO, João Amós. **Didática magna: tratado da arte universal de ensinar tudo a todos**. 4. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1957.

GILES, Thomas Ransom. **História da educação**. São Paulo: EPU, 1987.

GIDDENS, Anthony **“A vida em uma sociedade pós-industrial”**, São Paulo, Unesp 1997.

<https://psicologado.com/atuacao/psicologia-escolar/a-reforma-protestante-e-a-origem-da-escola-publica>

<http://boanova.tripod.com/reforma.htm> - acessado em 23/09/2016

<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/consti/1930-1939/constituicao-1934-16-julho-1934-365196-publicacaooriginal-1-pl.html> - acessado em 10/11/2016

<http://www.jusbrasil.com.br/topicos/10614200/artigo-133-da-constituicao-federal-de-10-de-novembro-de-1937> - acessado em 10/11/2016

[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L9394.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm) acessado em 10/11/2016

Revista Diálogo Educacional, Curitiba, v. 5, n.16, p. 229-246, set./dez. 2005.-  
[http://www.gper.com.br/documentos/contexto\\_pluralista.pdf](http://www.gper.com.br/documentos/contexto_pluralista.pdf) - acessado em 14/11/2016

<http://www.fonaper.com.br/basenacionalcomumcurricular.php> acessado em 19/11/2016

<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/documentos/BNCC-APRESENTACAO.pdf>

JUNQUEIRA, S, WAGNER R., **O ensino religioso no Brasil**, 2ª edição revista e ampliada, Champagnat, editora PUCPR, Curitiba, 2011, p. 28 e 29

LOPES, Eliane Marta T. *Origens da educação pública: a instrução na revolução burguesa do século XVIII*. São Paulo: Loyola, 1981

LUTERO, Martinho. *Aos conselhos de todas as cidades da Alemanha para que criem e mantenham escolas cristãs (1524)* In *Martinho Lutero: obras selecionadas*. São Leopoldo: Comissão Interluterana de Literatura Sinodal, 1995,

LUZURIAGA, L. **História da Educação e da Pedagogia**, *Atualidades Pedagógicas*, vol. 59 São Paulo, Nacional, 1978

MANACORDA, Mario Alighiero. **História da educação: da antiguidade aos nossos dias**. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2002.



## SER HUMANO

»» CHER1FOA001 Perceber-se como pessoa dependente de outras pessoas e das relações que se estabelecem no coletivo familiar, escolar, na instância religiosa, comunitária e no meio ambiente.

»» CHER1FOA002 Reconhecer que o “eu” estabelece relações com a natureza e com a sociedade mediadas pelo corpo, pelas linguagens e pelas especificidades histórico-sociais.

»» CHER1FOA003 Reconhecer-se como membro de um núcleo de convivência familiar e de organizações sociais, onde coexistem diferentes corporeidades, identidades, crenças, práticas, costumes, cada qual com suas necessidades, sentimentos, desejos, opções, sonhos, carências, medos, fragilidades e potencialidades.

## CONHECIMENTOS RELIGIOSOS

»» CHER1FOA004 Entender as singularidades constituintes dos seres humanos, que conferem dignidade, independentemente de suas diferenças físicas, étnicas, culturais, religiosas, de posição social, de modos de ser e de se apresentar.

»» CHER1FOA005 Perceber que tanto o “outro” quanto o “eu” possuem sentimentos, lembranças, memórias, símbolos, valores, saberes e crenças que se constituem como referências para a construção da identidade pessoal e coletiva e que merecem consideração e reconhecimento.

## PRÁTICAS RELIGIOSAS E NÃO RELIGIOSAS

»» CHER1FOA006 Perceber a presença de símbolos, valores e crenças em suas manifestações nos diferentes espaços, territórios sagrados e territorialidades, para conhecer e respeitar.

## 2º ANO/EF

### SER HUMANO

»» CHER2FOA007 Identificar o conjunto de lembranças e símbolos sócios familiares e comunitários que integram, identificam e diferenciam as pessoas em suas culturas.

»» CHER2FOA008 Reconhecer a existência de símbolos religiosos e não religiosos como elementos indeníveis das diferentes culturas, tradições e expressões religiosas.

»» CHER2FOA009 Identificar orientações e princípios éticos presentes nas diferentes culturas e tradições religiosas relacionadas ao respeito e ao cuidado da vida, da natureza, do corpo e da saúde.

## CONHECIMENTOS RELIGIOSOS

»» CHER2FOA010 Conhecer os símbolos religiosos relacionando-os às suas respectivas culturas, tradições e expressões religiosas, valorizando tanto sua dimensão imanente (material) quanto transcendente (espiritual).

»» CHER2FOA011 Conhecer alimentos considerados sagrados pelas culturas, tradições e expressões religiosas, identificando os diferentes sentidos e valores que assumem em cada contexto.

## PRÁTICAS RELIGIOSAS E NÃO RELIGIOSAS

»» CHER2FOA012 Identificar territórios sagrados e territorialidades presentes na sociedade.

## 3º ANO/EF

### SER HUMANO

»» CHER3FOA013 Reconhecer e valorizar a identidade do “eu” e do “outro”, daqueles que seguem e daqueles que não seguem uma religião ou que são ateus e agnósticos.

#### CONHECIMENTOS RELIGIOSOS

»» CHER3FOA014 Perceber que os seres vivos, objetos e divindades possuem nomes, valores e significados próprios instituídos e compartilhados pelas pessoas, a partir das heranças culturais, cosmologias e das experiências cotidianas.

»» CHER3FOA015 Conhecer os diferentes nomes, sentidos e significados atribuídos às divindades na diversidade de culturas e tradições religiosas, percebendo que há pessoas que não acreditam em seres ou forças superiores.

»» CHER3FOA016 Reconhecer que as diferentes ideias e as representações das divindades são construções humanas, elaboradas em função das experiências religiosas, realizadas em distintas temporalidades e espacialidades.

»» CHER3FOA017 Identificar diferentes ideias de divindades presentes nos mitos fundantes das distintas matrizes culturais e religiosas.

#### PRÁTICAS RELIGIOSAS E NÃO RELIGIOSAS

»» CHER3FOA018 (Re)conhecer gestos, ritos, símbolos e práticas religiosas utilizados nas diferentes culturas e tradições religiosas para comunicação e relacionamento com as divindades, respeitando cada uma delas.

#### 4º ANO/EF SER HUMANO

»» CHER4FOA019 Distinguir liderança religiosa de outras formas de liderança, compreendendo a corresponsabilidade nos processos de humanização e promoção dos direitos humanos.

»» CHER4FOA020 Compreender o papel exercido pelos líderes religiosos das diferentes instituições, tradições e comunidades religiosas, bem como o de outras autoridades civis e não religiosas.

#### CONHECIMENTOS RELIGIOSOS

»» CHER4FOA021 Conhecer mitos de criação de diferentes perspectivas religiosas, com o intuito de perceber as distintas explicações relacionadas à natureza e à cultura.

»» CHER4FOA022 Perceber, em narrativas mitológicas, explicações referentes ao como e ao porquê de as coisas acontecerem, na estreita relação interdependente entre a imanência (material) e a transcendência (espiritual) dos acontecimentos.

»» CHER4FOA023 Perceber, nas práticas de diferentes tradições religiosas, o cultivo da memória dos acontecimentos sagrados e a manutenção da tradição por intermédio dos ritos e símbolos.

»» CHER4FOA024 Identificar os símbolos religiosos e seus atributos de poder utilizados nos ritos sagrados e em acontecimentos festivos, fúnebres e comemorativos nas religiões e espiritualidades.

#### PRÁTICAS RELIGIOSAS E NÃO RELIGIOSAS

»» CHER4FOA025 Identificar acontecimentos de cunho religioso no contexto local, regional e mundial, de diferentes tradições e movimentos religiosos.

#### 5º ANO/EF SER HUMANO

»» CHER5FOA026 Compreender que os conhecimentos, os preceitos éticos e morais transmitidos nos textos sagrados orais e escritos influenciam as escolhas das pessoas, as relações socioculturais e a organização das sociedades, em diferentes tempos, lugares e espaços.

»» CHER5FOA027 Perceber que os textos sagrados orais ou escritos podem justificar práticas de solidariedade, justiça e paz, podendo também fundamentar ações que afrontam os direitos humanos e da Terra.

#### CONHECIMENTOS RELIGIOSOS

»» CHER5FOA028 Construir entendimentos acerca da função dos ritos sagrados como representação, recriação e ressignificação da ação das divindades ou dos líderes espirituais, considerando as distintas tradições ou movimentos religiosos.

»» CHER5FOA029 Reconhecer o valor da tradição oral na perpetuação de memórias, saberes, identidades e formas de relacionamento entre as pessoas, os ancestrais e/ou as divindades em diferentes tradições culturais e religiosas.

»» CHER5FOA030 Conhecer a organização dos textos sagrados orais e escritos de distintas tradições religiosas.

»» CHER5FOA031 Construir conhecimentos acerca do valor dos ensinamentos presentes nos textos sagrados orais e escritos para as instituições religiosas e seus adeptos.

»» CHER5FOA032 Identificar ideias de divindades mencionadas nos textos sagrados orais e escritos e as influências que elas exercem na formação das identidades e na organização sociocultural das sociedades.

#### PRÁTICAS RELIGIOSAS E NÃO RELIGIOSAS

»» CHER5FOA033 Perceber que as experiências religiosas fundamentam concepções, valores e atitudes, que orientam distintas condutas, comportamentos e práticas socioculturais.

#### 6º ANO/EF SER HUMANO

»» CHER6FOA034 Perceber que a religião possibilita sentidos e significados para a existência das pessoas que a praticam, enquanto outras se apoiam em distintas concepções científicas ou filosóficas.

»» CHER6FOA035 Reconhecer, na diversidade cultural, um conjunto de valores e fundamentos éticos que contribuem para a erradicação de discursos e práticas de violência de cunho religioso, salvaguardando o direito à diferença na construção de culturas de paz.

#### CONHECIMENTOS RELIGIOSOS

»» CHER6FOA036 (Re)conhecer espaços e territórios sagrados de diferentes tradições e movimentos religiosos, em suas práticas, símbolos, expressões, princípios e valores.

»» CHER6FOA037 Perceber os limites, as possibilidades e os impactos sociais e religiosos na utilização das tecnologias de informação e comunicação relacionadas às situações da vida cotidiana e ao desafio das relações inter-religiosas e interculturais na contemporaneidade.

»» CHER6FOA038 Compreender as diferentes vivências, percepções e elaborações relacionadas ao religioso e ao não religioso, que integram e estabelecem interfaces com o substrato cultural da humanidade.

#### PRÁTICAS RELIGIOSAS E NÃO RELIGIOSAS

»» CHER6FOA039 Conhecer práticas de espiritualidade de diferentes tradições e movimentos religiosos, incluindo crenças e devoções populares.

»» CHER6FOA040 Identificar, nas práticas religiosas valores humanos necessários ao bem-viver e à convivência coletiva, presentes em distintas culturas, filosofias de vida, tradições e movimentos religiosos, bem como seus limites éticos.

#### 7º ANO/EF SER HUMANO

- »» CHER7FOA041 Compreender os processos de construção de crenças e ideologias religiosas e sua função política, cultural e socioeconômica em diferentes temporalidades e espacialidades.
- »» CHER7FOA042 Perceber que crenças e ideologias religiosas podem determinar ou orientar valores, atitudes e comportamentos, contribuindo com a superação dos processos de exclusão e desigualdades e, por vezes, com a sua reprodução.
- »» CHER7FOA043 Estabelecer relação entre crenças e ideologias religiosas com mitos, ritos e símbolos sagrados de diferentes tradições e movimentos religiosos.
- »» CHER7FOA044 Conhecer a função e significados de ritos para as tradições e movimentos religiosos, por meio da apreensão de características de ritos de iniciação, passagem, mortuários, entre outros.

#### CONHECIMENTOS RELIGIOSOS

- »» CHER7FOA045 Estabelecer relação entre o significado dos símbolos de diferentes tradições religiosas e filosofias de vida, suas crenças, ideologias e posicionamentos éticos.
- »» CHER7FOA046 Reconhecer que doutrinas religiosas embasam a manutenção de cosmovisões religiosas e a transmissão de seus conteúdos.
- »» CHER7FOA047 Conhecer aspectos históricos relacionados à origem e à formação de textos sagrados, sua relação com preceitos e conhecimentos religiosos e com ideias e representações de divindades ou ancestrais.

#### PRÁTICAS RELIGIOSAS E NÃO RELIGIOSAS

- »» CHER7FOA048 Construir referenciais para analisar as diversas formas de as religiões atuarem na sociedade, na política, na saúde, na educação, nos projetos sociais, nos movimentos sociais, entre outras esferas.

#### 8º ANO/EF SER HUMANO

- »» CHER8FOA049 Identificar fundamentos, orientações e princípios éticos de tradições religiosas que contribuem com o cuidado e a preservação da vida, nas suas múltiplas formas e expressões, na defesa e na promoção dos direitos humanos e da Terra.
- »» CHER8FOA050 Construir conhecimentos acerca do papel de líderes ou grupos religiosos e de outras lideranças na defesa e promoção dos direitos humanos e ambientais.
- »» CHER8FOA051 Problematizar a utilização de preceitos religiosos para fins particulares ou para práticas que atentem contra a dignidade humana.

#### CONHECIMENTOS RELIGIOSOS

- »» CHER8FOA052 Compreender o posicionamento ético das tradições religiosas em distintos contextos socioculturais.
- »» CHER8FOA053 Identificar os fundamentos dos limites éticos presentes nas religiões e nas filosofias de vida, reconhecendo os diálogos inter-religiosos e interculturais como caminhos para uma convivência ética e respeitosa.
- »» CHER8FOA054 Problematizar as determinações de tradições religiosas que impedem o reconhecimento das diversidades na sociedade.

#### PRÁTICAS RELIGIOSAS E NÃO RELIGIOSAS

- »» CHER8FOA055 Conhecer formas de acolhimento e de inserção das crianças, jovens, homens, mulheres e idosos em tradições religiosas, bem como normas e orientações de participação em cerimônias e ritos sagrados.
- »» CHER8FOA056 Perceber a influência de determinações e posicionamento ético de tradições religiosas ou filosofias de vida na estruturação do cotidiano pessoal e das práticas socioculturais.

»» CHER8FOA057 Perceber os limites e possibilidades da atuação de grupos religiosos em um Estado laico e em uma sociedade construída na diversidade cultural religiosa.

»» CHER8FOA058 Identificar iniciativas e práticas que reconheçam a diversidade cultural religiosa na perspectiva dos direitos humanos, no constante exercício da cidadania, da responsabilidade ética e na erradicação de discursos e de práticas de violência de cunho religioso.

#### 9º ANO/EF SER HUMANO

»» CHER9FOA059 Conhecer concepções de corpo, pessoa e personalidades em tradições religiosas e filosofias de vida.

»» CHER9FOA060 Reconhecer o valor da vida e do corpo, problematizando a mercantilização das corporeidades e a banalização da dignidade humana.

»» CHER9FOA061 Reconhecer a finitude humana e a transcendência como possibilidade de sua superação por meio de práticas e vivências espirituais.

»» CHER9FOA062 Organizar e projetar a própria vida na coletividade, considerando princípios éticos, estéticos, econômicos, políticos e socioculturais.

#### CONHECIMENTOS RELIGIOSOS

»» CHER9FOA063 Compreender a morte como geradora de sentido para a vida e produtora de culturas.

»» CHER9FOA064 Conhecer as concepções de morte em culturas e tradições religiosas, bem como seus respectivos ritos mortuários ou fúnebres.

»» CHER9FOA065 Conhecer as diferentes ideias de imortalidade elaboradas por tradições religiosas, tais como a ancestralidade, a reencarnação, a transmigração e a ressurreição.

»» CHER9FOA066 Compreender os sentidos e significados da vida e da morte para o Ateísmo, Nihilismo, Ceticismo e Agnosticismo.

» CHER9FOA067 Perceber a relação existente entre ideias de imortalidade e mitos sagrados.

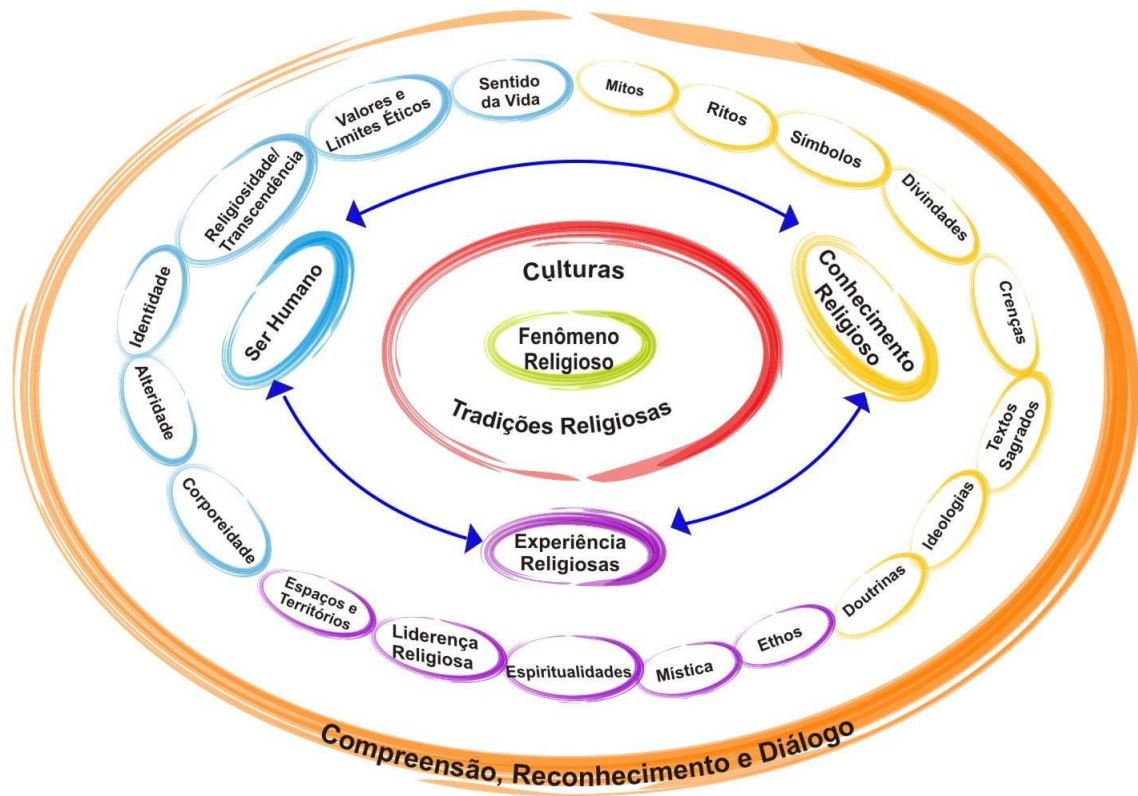
#### PRÁTICAS RELIGIOSAS E NÃO RELIGIOSAS

»» CHER9FOA068 Problematizar situações de banalização da vida e da morte, refletindo sobre os sentidos do viver e do morrer.

»» CHER9FOA069 Reconhecer a importância de crenças, doutrinas religiosas e filosofias de vida na construção e na transmissão dos sentidos da vida e da morte.

»» CHER9FOA070 Elaborar questionamentos referentes à existência humana e às situações limites que integram a vida, articulados às questões socioambientais, geopolíticas, culturais, religiosas e às opções de ser e de se apresentar como pessoa digna de respeito na diversidade.

MAPA CONCEITUAL DE ENSINO RELIGIOSO <sup>36</sup>



<sup>36</sup> <https://profandresp.files.wordpress.com/2013/02/plano-anual-de-ensino-ensino-religioso.pdf> acessado em 03:10

Autorizo cópia total ou parcial desta obra, apenas para fins de estudo e pesquisa, sendo expressamente vedado qualquer tipo de reprodução para fins comerciais sem prévia autorização específica do autor. Autorizo também a divulgação do arquivo no formato PDF no banco de monografias da Biblioteca institucional.

Edenilson Marcondes da Guia, Ivo Fitz Neto, Maria Edilene Fátima Costa

Pindamonhangaba, dezembro, 2016